

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 28734
Classificação 01/03/02
Data 08/11/26 ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



<input type="checkbox"/>	REQUERIMENTO	Número _____ / x (___ª)
<input checked="" type="checkbox"/>	PERGUNTA	Número <u>638</u> / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
27/11/2008
O Secretário da Mesa

Assunto: **Apoios prometidos à Procriação Medicamente Assistida**
Destinatário: **Ministério da Saúde**

*Por determinação de S. EX.ª P.ª R., a
Sra. Secretária da Mesa*

08.11.26

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

A infertilidade é uma patologia que continua a ser minorizada no âmbito da política de saúde, não obstante ser um problema que afecta centenas de milhares de casais em Portugal.

A verdade é que o importante avanço legislativo que resultou da lei n.º 32/2006, apesar de só regulamentada em 2008, aprovada na Assembleia da República com o voto favorável do PCP, não foi seguido da garantia dos meios necessários para a sua efectivação.

Para além disso o país assistiu ao anúncio pelo Primeiro-ministro, na discussão do Orçamento do Estado para 2008, de importantes apoios a disponibilizar para o tratamento da infertilidade. Havia a promessa de uma maior capacidade de resposta dos congestionados serviços públicos e da comparticipação de ciclos de tratamento fora do Serviço Nacional de Saúde.

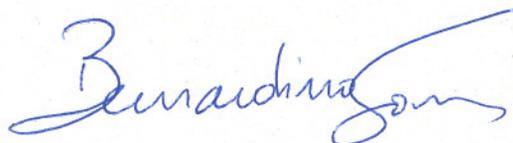
Passado um ano verifica-se que não houve concretização dos anúncios e, confrontada na discussão do Orçamento do Estado, a Sra. Ministra da Saúde não deu uma resposta clara sobre esta matéria.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., à Ministra da Saúde, resposta às seguintes perguntas:

- para quando e em que medida o aumento da capacidade de resposta dos serviços públicos para tratamentos da infertilidade e recurso à procriação medicamente assistida?
- Como se justificam os atrasos nesta matéria, especialmente a partir da Lei 32/2006?
- Quantos ciclos de tratamento foram já apoiados no sector privado?

- Para quando a criação de um banco público de gâmetas?

Palácio de S. Bento, 25 de Novembro de 2008



Bernardino Soares

Deputado